

PSICOLOGIA NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: AS POSSIBILIDADES DE UMA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO?

Etienne Janiake

Ana Paula Gomes Moreira

Raquel Souza Lobo Guzzo

(Programa de Pós Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

Resumo

O presente ensaio teórico tem por objetivo refletir sobre a inserção da Psicologia nos serviços e programas inseridos na atual Política Nacional de Assistência Social. De forma dialética, o trabalho discute as condições objetivas da questão social na sociedade brasileira, incluindo a apresentação das respostas do Estado a essa questão, especificamente na instituição da Política Nacional de Assistência Social; em contraponto, a reflexão acerca da Psicologia, como ciência e profissão, historicamente nas relações com essas questões. Conclui-se que, se, pela via da assistência, tem-se desvelado a possibilidade de que a ação do psicólogo se complexifique no sentido de uma proposta efetivamente integralizada, não se pode ignorar que a concretização desta proposta resvala na interface que já existe entre a Psicologia e a Educação.

Palavras-chave: educação; intervenção psicossocial; políticas públicas; psicologia; SUAS.

Abstract

Psychology in the national social assistance: the chances of an interface with education?

This theoretical essay aims to reflect on the inclusion of psychology services and programs included in the current National Policy for Social Assistance. Dialectically, the paper discusses the objective conditions of social issues in Brazilian society, including the presentation of the State's responses to this question, specifically the establishment of the National Social Assistance, in contrast, thought about psychology as a science and profession, historically in dealing with these issues. It follows that if, by way of assistance, has unveiled the possibility that the action of the psychologist if complexifique towards a proposal effectively paid up, you can not ignore that the realization of this proposal slips that already exists at the interface between Psychology and Education.

Key words: education; psychosocial intervention; public policies; psychology; SUAS.

Introdução

No processo de instituição oficial da Política Nacional de Assistência Social, através da sanção da Lei 12.435 de 06 de Julho de 2011, a Psicologia foi indicada como uma das ciências a atender as demandas dessa área, culminando na sua indicação para composição das equipes de referência dos serviços e programas ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social. Dessa forma, se abre um campo vasto de exercício profissional, e também um grande desafio de se repensar a prática e a formação tradicional da área, para que responda às demandas dessa política.

A efetividade da *intervenção psicossocial*, como modalidade de atuação dos psicólogos, ao lado dos assistentes sociais, no Sistema Único de Assistência Social, requer desses profissionais, por um lado, a compreensão da *dimensão social* dessa intervenção, através do conhecimento das configurações históricas, contexto e circunstâncias que circunscrevem o atual momento da política de Assistência Social no país; e, por outro lado, o conhecimento da *dimensão psicológica*, através do acompanhamento do percurso de desenvolvimento dessa ciência e profissão

no país e no mundo, o papel desempenhado por ela e suas relações estabelecidas no contexto social.

Dimensão Social da Intervenção

Para a explicitação da *dimensão social*, é necessário compreender a Política Nacional de Assistência Social, enquanto política social instituída dentro da agenda neoliberal da sociedade brasileira, com seus impactos e desdobramentos. Por políticas sociais compreende-se o conjunto das políticas públicas voltadas para o campo da proteção social, que cobrem uma vasta gama de diretivas nas quais é possível encontrar ações em matéria de previdência social, em sentido estrito, ou aquelas adotadas em favor de categorias especiais (velhos, órfãos, incapazes, etc), ou ainda as políticas que dizem respeito à habitação, educação, lazer, e assim por diante.

As políticas sociais, inscritas historicamente a partir da segunda metade do século XIX nas formações sociais capitalistas, surgem como resposta do Estado ao conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista.

Traduzem-se no conflito de oposição entre os interesses da acumulação e as necessidades dos cidadãos, e sendo parte do processo estatal da alocação e distribuição de valores, encontram-se dessa forma no centro desse confronto de interesses de classes. (Yamamoto, 2007).

De acordo com Castel (2004), observa-se atualmente uma nova expressão da questão social, com o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade após a desmontagem do sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego, e a desestabilização da ordem do trabalho com repercussões em diferentes setores da vida social.

Aponta o autor que, com o desenvolvimento da industrialização e da urbanização, a partir da segunda metade do século XIX, o salariado se instala definitivamente, passando de uma condição provisória e miserável que deveria ser superada, para uma consolidação, um estado permanente essencial para a sociedade industrial. Nesse modelo, a proteção contra os principais riscos da existência social (doenças, acidentes e velhice sem provimento) antes garantido apenas pela propriedade e patrimônio, passa então a ser uma seguridade ligada ao trabalho, conferindo aos trabalhadores um papel de

atração, fonte de renda confortável, prestígio e poder, em torno do qual a sociedade moderna se organizou. A sociedade salarial, entretanto, colocada inicialmente como uma possibilidade de proporcionar a queda progressiva das desigualdades e ampliação das vantagens da justiça social, se mostrou ineficiente, mantendo em seu bojo a hierarquização e conseqüentemente as desigualdades, a injustiça e a miséria para grande parte da população.

Atualmente, com a internacionalização do mercado levando às exigências crescentes de concorrência e competitividade, o trabalhador passa a ser alvo principal do processo de redução de custos, minimizando o preço da força de trabalho e maximizando sua força produtiva. Esse processo de precarização do trabalho, proveniente da fragilidade dos vínculos trabalhistas que alimenta o desemprego e a vulnerabilidade social, afeta principalmente os trabalhadores pouco qualificados que, desmembrados dos conjuntos das regulações coletivas de proteção, solidariedade e de direito do trabalho, encontram-se livres e ao mesmo tempo isolados, de forma similar aos proletários do início da industrialização. (Castel, 2000)

R. Antunes (2011), baseando-se em quatro décadas de estudos sobre o mundo

operário, afirma que a associação do neoliberalismo com a reestruturação produtiva do capital, trouxe repercussões avassaladoras para o universo da classe trabalhadora. Segundo o autor,

As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada e de desindustrialização ganharam forte impulso, uma vez que seguiam, no essencial, uma política de corte neoliberal, antiestatista e privatizações. Paralelamente à retração da força de trabalho industrial, ampliou-se também o contingente de subproletarizados, de terceirizados, de subempregados, ou seja, das distintas modalidades de trabalho precarizado. (Antunes, R. 2011, p. 42)

O autor aponta que, a partir da década de 1990, com a intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho e pelas formulações definidas pelo neoliberalismo, desencadeou-se uma enorme onda de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho. Através da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação e da terceirização, as grandes empresas procuram aumentar sua competitividade fraturando e fragmentando ainda mais a classe trabalhadora.

Esse processo culminou na alteração da pobreza no Brasil, já que, ao contrário do

ciclo de industrialização, que era movido por acelerada expansão da produção e, por consequência, do emprego e da renda domiciliar per capita, o atual ciclo econômico nacional dificulta o potencial de crescimento do país. Segundo ele, a queda na proporção de pobres no total da população, observada desde a década de 1990, somente foi possível com o avanço do gasto social, estimulado fundamentalmente pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Pois, frente ao desempenho desfavorável do mercado de trabalho, o segmento ativo da população assalariada tornou-se bem mais vulnerável ao rebaixamento das condições de vida e trabalho. Dessa forma, os inativos deixaram de responder pela maior participação no total de pobres do país; os mais pobres passaram a se concentrar na população ativa, em especial os desempregados e ocupados precariamente no mercado de trabalho. (Antunes, R. 2011)

O movimento das políticas de Assistência Social no Brasil, enquanto respostas do Estado, às mazelas inerentes da tensão capital- trabalho, acompanhou, ainda que de forma fragmentada e imediatista, o processo de desenvolvimento econômico do país. Anteriormente à década de 1930, a Assistência Social no Brasil tinha caráter

essencialmente voluntário, sendo realizada pelas ordens religiosas e por atos de caridade da sociedade civil. A partir da década de 1930, com a entrada de Getúlio Vargas no poder, inicia-se o processo de politização da questão social, como uma forma de atrair a classe trabalhadora para o âmbito estatal, viabilizando o projeto industrial nacionalista desse governo.

A primeira grande regulação da Assistência Social no país foi a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social, criado em 1938. Segundo Mestriner:

O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia. (Mestriner, 2001, p.57-58).

É nesse momento histórico que se selam as relações entre o Estado e segmentos da elite, que vão avaliar o mérito do Estado em conceder auxílios e subvenções a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social. O conceito de amparo social neste momento é tido como uma concepção de Assistência Social, porém

identificado com benemerência. O Conselho Nacional de Serviço Social foi a primeira forma de presença da Assistência Social na burocracia do Estado brasileiro, ainda que na função subsidiária de subvenção às organizações que prestavam amparo social.

A primeira grande instituição brasileira de Assistência Social foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para “congregar as organizações de boa vontade”. A LBA assegurava, estatutariamente, sua presidência às primeiras damas da República, dando apoio político ao governo. Sua ação era dirigida às famílias da grande massa não previdenciária, atendendo na ocorrência de calamidades com ações pontuais, urgentes e fragmentadas. Sua formação, marcada pela ação social como ato de vontade e não direito de cidadania, traz para a Assistência Social o vínculo emergencial e assistencial, características predominantes em toda a trajetória dessa política no país (Sposati, 2004). Em 1969, a LBA é transformada em fundação e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, tendo sua estrutura ampliada e passando a contar com novos projetos e programas.

Em 1974, a ditadura militar cria, sob o comando de Geisel, o Ministério da

Previdência e Assistência Social (MPAS) que contém na sua estrutura uma Secretaria de Assistência Social, a qual, em caráter consultivo, vai ser o órgão-chave na formulação de política de ataque à pobreza. Nesse momento a política social direciona-se ao exército de reserva de mão-de-obra usando essa demanda como uma justificativa para o crescimento do Estado. Há uma expansão de programas sociais como o Mobral, Movimento Brasileiro em Prol da Alfabetização, que visava a erradicação do analfabetismo no país; o Pronam, Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, com o objetivo de melhorar os padrões nutricionais do país; e o BNH, Banco Nacional de Habitação, que visava o financiamento e a produção de empreendimentos imobiliários. A Assistência Social deixa de ser simplesmente filantrópica, fazendo parte cada vez mais da relação social de produção, entretanto, os serviços, projetos e programas criados são desenvolvidos sob a lógica do retalhamento social, atendendo de forma setORIZADA, fragmentada e descontinuada cada necessidade, problema ou faixa etária (Mestriner, 2001).

Com a crise fiscal e financeira dos anos 1970 e 1980, e a decomposição do bloco de poder que deu sustentação ao regime militar, deflagrou-se uma crise

orgânica do Estado, dando origem a diversos projetos de reforma. Sob as condições políticas da chamada “redemocratização”, os movimentos sociais voltaram a se organizar e a disputar o sentido da reforma do Estado em curso. Através de um processo marcado por grande pressão social, crescente participação corporativa de vários setores e decrescente capacidade de decisão do sistema político, foi formulada a Constituição Federal de 1988, que trouxe uma nova concepção para a Assistência Social, incluindo-a na esfera da Seguridade Social (Guzzo, Marçal & Rybka, 2012).

Com o advento da Constituição Federal de 1988 ocorre a inclusão da Assistência Social na política de Seguridade Social sendo reconhecida portanto como um direito do cidadão. A promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, seguida da discussão sobre a formulação e implementação de um sistema público descentralizado culminou na atual Política Nacional de Assistência Social em 2004, com a previsão da sua gestão por meio do Sistema Único de Assistência Social, sistema que conta com a sua própria Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (NOB/ RH/ SUAS-CNAS, nº130, de 15 de julho de 2005)

O Sistema Único de Assistência Social, como sistema de gestão da Política Nacional de Assistência Social, normatiza os padrões nos serviços e os eixos estruturantes do sistema de acordo com os princípios presentes da Lei Orgânica da Assistência Social e a visão da Assistência Social como proteção social. Tem por objetivos: consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social; estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de Assistência Social; definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na Assistência Social; estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios e afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos. (Brasil, 2011)

Entretanto, contrariamente à lógica de internalização na ordem econômica e política do tratamento às questões sociais através das políticas públicas, observa-se no neoliberalismo que em resposta à questão

social tende a ser externalizada da ordem social e transferida para o âmbito imediato e individual. Segundo Montaño (2002), o projeto neoliberal intenciona acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial (todos contribuem com seu financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um). Em substituição, com a minimização do Estado na área social, parcelas importantes das respostas à questão social são privatizadas e transferidas ao mercado (quando lucrativas) e à sociedade civil ou Terceiro Setor (quando deficitárias), que vende ou fornece “gratuitamente” os serviços sociais.

A avaliação da Assistência Social pós-LOAS é, portanto, repleta de ambiguidades e paradoxos, pois, de um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e trazem para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, mas por outro lado, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos

interesses financeiros internacionais (Yasbek, 2004).

Dimensão Psicológica da Intervenção

É nesse contexto contraditório, de instituição do Sistema Único da Assistência Social, baseado na lógica da Assistência Social enquanto direito do cidadão e dever do Estado, ao lado da crescente privatização e transferência dos serviços sociais às organizações da sociedade civil, próprio do sistema neoliberal, que se deflagra a centralidade da inserção do psicólogo nessa política, como profissional requerido, ao lado do assistente social, para a execução de todos os serviços e programas prescritos pelo SUAS.

A *dimensão psicológica da intervenção psicossocial* será então analisada, tendo em vista que, com o reconhecimento da Psicologia como uma das ciências indicada a atender as demandas dessa política, há uma abertura de campo de exercício profissional, e também um grande desafio de se repensar a prática e a formação tradicional da área, para que responda às demandas dessa política.

Yamamoto (2007), elaborando uma retrospectiva do desenvolvimento da Psicologia no Brasil, de forma a reconhecer

os movimentos responsáveis por seu afastamento das questões sociais, indica que nos primeiros anos da década de 1960 o Brasil atravessava um momento de intensa mobilização popular e crise política, que resultou em um período de vinte anos de regime autocrático-burguês, de forma semelhante aos das demais nações do cone sul. É nesse cenário que a profissão de Psicologia é regulamentada, pela Lei Federal nº 4.119/62, comportando inicialmente um pequeno número de profissionais e um pequeno número de instituições de ensino superior que desenvolviam os estudos psicológicos. A expansão do ensino superior e, conseqüentemente, da própria Psicologia, ocorre no período no qual a repressão se torna mais intensa, atingindo ares de terrorismo de Estado. Nesse período tornou-se ausente na academia um debate mais intenso sobre as características e os rumos da profissão.

Segundo Yamamoto (2007), é somente no momento em que ocorre o colapso do “milagre brasileiro” a partir de mudanças na conjuntura político-econômica internacional, que a autocracia burguesa busca uma recomposição das bases políticas de apoio, possibilitando a reorganização das forças populares. Desse forma, a partir do final da década de 1970 e mais intensamente

a partir de meados da década de 1980, ocorre a ocupação dos sindicatos por psicólogos em diversos estados e a criação do Sistema Conselhos, tornando a mais expressiva a participação política da categoria. Destaca-se como um importante envolvimento político dos psicólogos nesse momento a luta antimanicomial, através das participações nas Conferências Nacionais de Saúde.

Dessa forma, a partir desse período, por contingências do mercado e por definições de ordem político-profissional, a presença dos psicólogos no atendimento a parcelas cada vez mais amplas da população brasileira ganha expressão, aumentando a abrangência da cobertura de atenção dos psicólogos em relação às décadas iniciais de regulamentação da profissão. Esse crescimento está associado à introdução sistemática do psicólogo no campo do bem-estar social, inicialmente na saúde pública e mais recentemente na Assistência Social, e à presença crescente do psicólogo nas organizações do Terceiro Setor voltadas para a área do bem-estar social. Segundo Yamamoto (2007), considerando a agenda neoliberal no setor das políticas sociais, a probabilidade de envolvimento profissional do psicólogo no Terceiro Setor são mais promissoras que propriamente o desenvolvimento de trabalhos no âmbito do

Estado, embora a tendência aponte para uma ocupação significativamente maior também no setor público comparativamente às primeiras décadas após a regulamentação.

Entretanto, o atendimento psicológico à parcela subalterna da população tem representado, majoritariamente, uma ampliação do mercado de trabalho do psicólogo, mas com a extensão das formas consagradas de ação, utilizando os recursos teóricos- técnicos “tradicionais” da Psicologia. A despeito da direção que o CFP procura imprimir a intervenção do Psicólogo no setor de bem estar social indica, em sua maioria, uma extensão da prática convencional (calcada no modelo médico) com uma escassa ou nenhuma problematização dessa forma de intervenção (Senra & Guzzo, 2012; Paiva & Yamamoto, 2010).

Essa atuação descontextualizada se deve ao fato do desenvolvimento da psicologia apresentar suas raízes sociais engendradas no capitalismo, que transformando a compreensão de cada pessoa sobre o seu lugar no mundo, justifica uma ordem social desigual, apontando as raízes desta na natureza humana. A psicologização, isto é, a conversão das condições sociais e históricas de alienação em questões individuais e psicológicas, que

naturaliza vários processos sociais do capitalismo, precisa ser superada. Para essa superação é importante o estabelecimento de uma base de sustentação para um engajamento crítico na psicologia, através do debate sobre o significado da natureza humana; da colocação da análise política como condição de toda discussão sobre o papel da psicologia; e finalmente a necessidade de ligar as lutas no campo da psicologia com lutas políticas mais amplas pela mudança social (Parker, 2007).

Um Contraponto com a Psicologia Escolar e Educacional: Quais Intervenções?

Quando pensamos sobre a constituição do processo que vincula a Psicologia à Educação, observamos que as questões estruturais da organização econômica ditadas pelos movimentos do capital e da perspectiva neoliberal também moldaram e conduziram os rumos desta relação. Conforme aponta Massimi (1990), ainda no século XIX, a chegada da família real no país e o processo de valorização da metrópole na colônia resultaram na busca e organização de informações sobre a saúde e a higiene mental que contribuíssem com a formação das pessoas para o novo mundo. Esta necessidade crescente impulsionou a

produção de temas ou ideias psicológicas que, surgidas e alimentadas pelas demandas da época, faziam emergir discursos sobre a avaliação do comportamento humano nas áreas da filosofia, medicina, teologia e pedagogia.

Segundo Patto (1984), os marcos que identificam esta trajetória permitem a sua divisão em três grandes períodos. O primeiro estaria localizado entre os anos de 1906 a 1930, durante a Primeira República, quando a maioria da população brasileira ainda não tinha acesso à escola. Neste momento, a Psicologia se desenvolveu dentro de laboratórios anexos às escolas e esteve voltada para atividades de experimentação norteadas, essencialmente, pelo modelo europeu. O segundo período envolveria os anos de 1930 a 1960, intervalo simultâneo ao processo de desenvolvimento industrial do impulso capitalista e, justamente por isso, foi caracterizado pela implementação das práticas diagnósticas orientadas para avaliação dos mais aptos à entrada na escola ou à progressão dos estudos. Já o último período, corresponderia ao início da década de 1960, quando a Psicologia entrou de fato nas escolas para atender à demanda de acompanhamento da formação de mão de obra qualificada para o exigente mercado de trabalho ainda em expansão.

A partir da compreensão histórica que nos provoca as contribuições de Patto até o período da regulamentação da profissão na década de 1960, seguimos nossa recuperação e nos detemos sobre a os anos 1980, que foi marcada pelo fim da ditadura militar e o início da abertura democrática. Este período resgatou vários debates sobre o papel do psicólogo em espaços distintos da clínica privada, espaços mais comunitários e coletivizados, e passamos a promover avaliações sobre as conseqüências do processo político sobre nossa prática e sobre o sistema educacional. Em 1988 alguns encontros foram programados, tanto pelo Sindicato dos Psicólogos quanto pelo Conselho de Psicologia, para retomar as discussões sobre a atuação do psicólogo. Dentre eles, destaco um encontro entre psicólogos que atuavam em contextos educativos para discutirem sua posição na área da Educação (Leite, Khouri & Yazlle, 1988).

Felizmente, os questionamentos surgidos de dentro da Psicologia (Patto, 1984, 1993), incitaram o anúncio de um movimento problematizador sobre o papel e as expectativas da ciência psicológica. E, assim, a partir da década de 1990, as reflexões se aprofundam revelando dimensões políticas e ideológicas envolvidas

neste debate, mas poucas mudanças ocorrem no contexto prático. Sob o pretexto da “neutralidade científica” a produção de conhecimento e a sua relação com a prática continuam mantendo a distância entre a ciência e a realidade. No entanto, alguns pesquisadores apresentam um pensamento divergente. O trabalho de Patto, ao abordar a relação entre psicologia e educação, foi incisivo ao apontar o papel desempenhado pela primeira na sustentação da ideologia dominante: “Entre as ciências que na era do capital participaram do ilusionismo que escondeu as desigualdades sociais, historicamente determinadas, sob o véu de supostas *desigualdades pessoais*, biologicamente determinadas, a psicologia certamente ocupou posição de destaque” (Patto, 1991, p.36). Ainda, segundo esta autora, questões sobre ajustamento, normalidade, diferenças individuais, identificação daqueles que são aptos e não aptos centrando suas investigações no indivíduo ou nas relações, entendidas como entidades a-históricas, têm receptividade em uma sociedade regida por teses liberais e uma visão funcionalista da vida social (Patto, 1991).

Investigando o peso de tais influências e de suas conseqüências para a construção e a prática da Psicologia

Escolar/Educacional, Angelucci, Kalmus, Paparelli e Patto (2004) realizaram um estudo introdutório do estado da arte da pesquisa sobre a produção das dificuldades escolares na rede pública de ensino fundamental, a partir de uma retrospectiva histórica da pesquisa educacional no Brasil no período de 1991 a 2002. Suas conclusões revelaram que o “não aprender” era visto ou como problema essencialmente psíquico ou meramente pedagógico. Isto significa que importantes características estruturais e conjunturais estavam completamente apartadas da construção do suposto fracasso escolar presente na pretensa sociedade do sucesso.

Assim, desvelava-se que as teses neoliberais, que dão sustentação à sociedade capitalista, também definem o sistema educativo, pois “a estrutura do conhecimento oficial é também a estrutura da autoridade social” (Freire & Shor, 1987, p. 21). Deve estar de acordo com o perfil de cidadão necessário à reprodução capitalista. Por esta razão, é preciso reconhecer os limites da educação na proposta de transformação social, especialmente se este processo estiver nas mãos da iniciativa privada, ou for negligenciado pelo Estado. É preciso dar importância ao ato do conhecimento como uma forma de desvelar a realidade e, assim,

propiciar o envolvimento de todos em uma perspectiva crítica sobre a escola, sobre a sociedade com vistas à transformação, à mudança social. A autonomia se constrói pela possibilidade de pensar criticamente. Como isso pode acontecer em uma circunstância de manutenção da ordem social vigente?

Mais recentemente, as reflexões de Tonet (2007), nos ajudam a entender o imbricamento entre o nascimento da Psicologia e a organização da sociabilidade capitalista. O autor explica que a ordem do capital exigiu o distanciamento entre a sociedade e o homem de modo que muito do seu trabalho pudesse ser explorado e acumulado. As ciências emergentes neste cenário, portanto, só deveriam servir para explicar as razões que faziam este homem aprender pouco e, daí, produzir pouco. Para cumprir com este propósito, a Psicologia se dedicou ao desenvolvimento de técnicas específicas, ancoradas nas propostas de avaliação e controle dos comportamentos humanos e, assim, muito precocemente, comprometeu-se com a ordem vigente que, por sua vez, como que em caráter de retribuição, comprometeu-se também com a Psicologia. O lastro desta conjuntura para o campo da Psicologia que se envolvia com ps

processos educativos foi bastante significativo.

Ora, se este desvelamento reconfigura o papel da Psicologia diante da Educação de forma orgânica, aqueles que cotidianamente realizam seus trabalhos *na, com e pela* escola brasileira sabem que o desafio a que temos nos dedicado ainda persiste, sobretudo na discussão de qual seja o papel e o lugar da Psicologia diante das demandas da escola pública brasileira (Patto, 1984,1997, 2009; Tanamachi & Meira, 2003; Machado, 2003; Witter, 2007; Marínez, 2007; Guzzo, 2007, 2009; Souza, 2009; Oliveira & Marinho-Araújo, 2009; Antunes, M.A.M., 2011).

Assim, temos refletido sobre a lacuna que ainda existe entre as reflexões teóricas e a implementação das práticas cotidianas. Está claro que as intervenções neste âmbito seguiram o viés de uma perspectiva liberal, individual e clínica. Quais intervenções são possíveis a partir da certeza de que este não é o modelo capaz de promover as transformações necessárias no sentido de uma posição ético-política coerente com a realidade social? Vislumbramos os rumos para estas intervenções no espaço entre as políticas de assistência e as políticas de educação, cuja interface acolhe a Psicologia. Por isso, o próximo item deve explicitar a

intervenção psicossocial como a possibilidade de preencher o hiato que eleva as ações da Psicologia para um patamar efetivamente crítico.

A Intervenção Psicossocial

À luz destas considerações é que temos refletido sobre o que, de fato, significa o processo de intervenção psicossocial. Sabemos que o termo psicossocial não assume uma conotação única no interior das ciências sociais e humanas e, tampouco, da psicologia. Uma breve retomada da literatura a este respeito revela que as divergências existem e, embora não seja nosso objetivo explicitá-las exaustivamente, reconhecer sua existência indica a necessidade e os rumos de um necessário esclarecimento.

Sabemos que as ideias veiculadas pela utilização do termo psicossocial refletem o impacto de dois movimentos importantes: a antipsiquiatria, como proposta de rompimento com os postulados da medicina tradicional que identificava a doença mental segundo critérios nosológicos previamente estabelecidos (Szasz, 1979) e o movimento de organização da psicologia social como um conjunto de pressupostos que propunha a construção da psicologia por meio de uma perspectiva relacional em

oposição à psicologia puramente experimental (Lane, 1991). Em comum, estes dois movimentos denunciavam que as ciências médicas e psicológicas de então, negligenciavam os aspectos sociais na constituição dos sujeitos e na definição dos parâmetros de saúde e doença e anunciavam a urgência do contato com o conteúdo do conhecimento produzido por outros campos de saber (sociologia, filosofia e antropologia) como possibilidade de organizar uma compreensão mais ampliada do sujeito.

Assim, conforme acentuam Montañez, Bernal, Heredia e Puerto (2007), a construção do termo psicossocial, a partir do campo da Psicologia reflete, sobretudo, a proeminência da questão social, a discussão sobre os limites entre objetividade e subjetividade e, finalmente, a adoção de novos marcos epistemológicos que se fundamentam sobre novas concepções de homem e de mundo, diferentes daquelas estabelecidas até então.

Entretanto sabemos que a absorção dos sentidos atribuídos pela consideração da questão social acontece de maneiras distintas para o campo da Psicanálise e da Psicologia que atua na área da saúde, por exemplo (Montañez, Bernal, Heredia & Puerto, 2007). Portanto, para contribuir com o

preenchimento da lacuna que se constitui entre a comotação semântica e as práticas conduzidas por elas, tomamos para a análise, contribuições notórias como aquelas construídas a partir da realidade latino-americana e, assim, acrescentamos novas e específicas nuances para o caráter desta discussão.

Este é o caso de Ignacio Martín-Baró que, a partir da construção da Psicologia Social da Libertação, sinalizou a elaboração de um papel diferenciado para a Psicologia (Martín-Baró, 1996). Esta proposta enfatizou a realidade social como fonte das produções humanas ao conceber a existência a partir da vida concreta dos sujeitos e sugerir que a Psicologia devesse se colocar diante desta vida real, situando-se no campo das relações sociais historicamente construídas, refletindo sobre as contradições expressas ao longo desse desenvolvimento circunstanciado. Daí decorre uma questão importante: não só os espaços onde os sujeitos se desenvolvem devem ser considerados, mas as relações que se estabelecem entre estes espaços também.

Ao considerarmos o marco da Psicologia Social da Libertação, não podemos nos furtar de enfatizar que a fonte dos seus fundamentos ontológicos esta localizada na filosofia materialista e, portanto, no aporte da Psicologia Crítica

que, segundo enfatiza Parker (2007), é aquela que concebe sua existência a partir da vida concreta dos sujeitos e se coloca diante desta vida real, situando-se no campo das relações sociais historicamente construídas pelo homem, refletindo sobre as contradições expressas ao longo desse desenvolvimento circunstanciado. A partir desta perspectiva, as intervenções psicossociais assumem especificidades de forma e de conteúdo. Conforme acentua Prilelltensky (1994), as intervenções psicossociais são a gênese da Psicologia Crítica, na medida em que correspondem a ações válidas perpetradas por profissionais psicólogos, qualquer que seja o seu contexto de atuação. Ações válidas, segundo as palavras do autor, indicam a utilização do conhecimento psicológico com e não para indivíduos e grupos.

Assim, os esforços deste ensaio teórico, longe de apontarem saídas conclusivas, apresentam-se como um desafio, como a orientação de um pensamento que discute as intervenções psicossociais a partir das possibilidades que enxerga para a atuação do psicólogo no campo das políticas sociais, especialmente as de assistência e educação. A construção desta unidade, tão árdua quanto necessária, desvenda os caminhos que a Psicologia pode

percorrer no sentido responder às demandas da escola, da comunidade e dos dispositivos da rede que as envolve.

Considerações Finais

Quando confrontamos esta breve recuperação e problematização sobre os sentidos da intervenção psicossocial, com as reflexões oportunizadas pelo processo de instituição oficial da Política Nacional de Assistência Social, reiteramos as possibilidades que se descortinam para a atuação do psicólogo no campo das políticas sociais. Mais do que isso, vislumbramos a possibilidade de, de fato, contribuir para a construção da interface entre as políticas de assistência e as políticas de educação. Se, pela via da assistência, tem-se desvelado a possibilidade de que a ação do psicólogo se complexifique no sentido de uma proposta efetivamente integralizada, não podemos ignorar que a concretização desta proposta resvala na interface que já existe entre a Psicologia e a Educação.

A relação, portanto, entre a Psicologia e a Educação e a Psicologia e a Assistência Social, deve transitar de um paradigma, predominantemente a-social ou microssocial, para o macrossocial, deve se movimentar para um campo de

conhecimento e atuação que enfatize análises e intervenções de caráter social, mudando a prática e o referencial teórico que a tem sustentado. Neste campo de conhecimento e atuação, a escola e a comunidade se integram para o planejamento, avaliação e desenvolvimento de ações conjuntas (Guzzo, 2005).

Dessa forma, para realizar a *intervenção psicossocial*, preconizada pela Política Nacional de Assistência Social e requerida para a atuação no campo das políticas de educação, os psicólogos e assistentes sociais necessitam, primeiramente, desenvolver uma leitura clara do contexto social, político e econômico em que os programas dessas políticas estão inseridos. O trabalho desses, e dos demais profissionais inseridos na realidade anteriormente apontada, pode ter um sentido fortalecedor e levar a mudanças,

no entanto, dada as circunstâncias atuais, o mesmo resulta em um processo contrário de impotência e paralisação diante dos desafios. A superação desses desafios demanda dos profissionais um posicionamento ativo na condução de ações, de forma a romper com uma psicologia que mantém o *status-quo* e construir um corpo de conhecimento que dê conta de entender e agir na realidade em que vivemos. Deve-se buscar, portanto, tanto na escola, como nos serviços e programas da política de assistência social, a formação de contextos democráticos, que visem a compreensão dos problemas psicológicos de indivíduos e grupos por meio da mobilização social, da consciência crítica e da necessidade de tomada de decisões em processo antagônico à alienação e ao fatalismo, de forma a trabalhar para que os sujeitos atendidos se tornem cidadãos de direito e agentes da própria história.

Referências

Angelucci, C. B., Kalmus, J., Paparelli, R., & Patto, M. H. S. (2004). O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e pesquisa*, 30 (1). Retirado em 12/02/2006 do SciELO (Scientific Eletronic Library Online) no World Wide Web: <http://www.scielo.br>

Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12 (2), 469-475.

Antunes, M. A. M. (2011). Psicologia e Educação no Brasil: uma análise histórica. *In: R. G. Azzi & M. H. T. Gianfaldoni (Orgs.). Psicologia e Educação* (pp. 9-32). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Antunes, R.(2011). *O continente do labor*. São Paulo, SP: Boitempo.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.

Brasil (2011). *Lei Orgânica da Assistência Social*, nº 12.435, 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Castel, R. (2000). As transformações da questão social. *In: Belfiore, Vanderley M.; Bógus, L.; Yazbek, M. C. Desigualdade e a questão social*. São Paulo, SP: Educ.

CNAS - Resolução nº 145/2004 - *Política Nacional de Assistência Social*

CNAS - Resolução n.º 130/2005 - *Norma Operacional Básica - NOB/SUAS*

CNAS - Resolução n.º 109/2009- *Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais*.

Di Giovanni, Geraldo. (2009). As estruturas elementares das políticas públicas. *Caderno de Pesquisa* nº 82, NEPP/ UNICAMP.

Freire, P. & Shor, I. (1987). *Medo e ousadia: O cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Guzzo, R. S. L. e Lacerda Jr., F. (2007) Fortalecimento em tempo de sofrimento: reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Interam. j. psychol.* [online], vol.41, n.2, pp. 231-240.

Guzzo, R. S. L. e Euzebios Filho, A. (2005). Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. *Escritos educ., Ibitité*, v. 4, n. 2, dez.

Guzzo, R. S. L. (2009). Revolução na Psicologia Escolar: as demandas da realidade escolar e do profissional na escola. In: M. R. Souza & F. C. S. Lemos (Orgs.). *Psicologia e Compromisso Social – Unidade na Diversidade*. São Paulo: Escuta.

Guzzo R. S. L., Marçal C. e Rybka L. (2012). Different facets, problems and potentialities for critical psychology dealing with everyday life of Brazilian Working Class. *Annual Review of Critical Psychology*, 2012 (no prelo)

Lane, S. T. M. (1991). *A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia*. In: S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicologia Social: O Homem em Movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.

Leite, S. A. S.; Khouri, I. G. & Yassle, E. (1988). Anais do I Encontro de psicólogos que atuam em contextos educativos. São Paulo: Sindicato dos Psicólogos de São Paulo.

Machado, A. M. (2003). Os psicólogos trabalhando com a escola: intervenção a serviço do que? In: M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.). *Psicologia Escolar: Práticas Críticas*. (pp. 63-85). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Martín – Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.

Martin-Baró, I. (1998). “*Hacia una psicologia de la liberacion*”. In: *Psicologia de la liberacion*. Portugal: Ed. Rotta.

Martínez, A. M. (2007). Inclusão Escolar: Desafios para o Psicólogo. In: A. M. Martínez (Org.). *Psicologia Escolar e Compromisso Social* (pp. 95-114). Campinas: Alínea.

Massimi, M. (1990). *História da Psicologia Brasileira – Da época colonial até 1934*. São Paulo: E.P.U.

Mestriner, M. L. (2001) *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez.

Montañez, M. V. M., Bernal, B. L., Heredia, M. D. P. G. & Puerto, C. L. (2007). Lo psicosocial desde una perspectiva holística. *Revista Tendencia & Retos*, (12), 177-189.

Montaño, C.(2002). O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. In *Lutas Sociais* n8, p53-64.

Paiva, I. L., & Yamamoto, O. H. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. *Estudos de Psicologia*, 15(2), 153-160.

Parker, I. (2007). *Revolution in Psychology: Alienation to Emancipation*. London, UK: Pluto Press.

Patto, M. H. S. (1984). *Psicologia e Ideologia – Uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo: Queroz.

Patto, M. H. S. (1993). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: Queroz.

Patto, M. H. S. (1991). *A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queroz.

Patto, M. H. S. (1997). Para uma crítica da razão psicométrica. *Psicologia USP*, 8 (1), 47-62.

Patto, M. H. S. (Org.). (2009). *A cidadania Negada – Políticas Públicas e Formas de Viver*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Prefeitura Municipal de Campinas. *Mapa de inclusão/exclusão social da cidade de Campinas*. Prefeitura de Campinas: Secretaria de Assistência Social, 2004.

Prilleltensky, I. (1994). *The moral and politics of psychological discourse*. Psychology and the status quo. N.Y.: State University of NY Press.

Prilleltensky, I & Nelson, G (2002). *Doing Psychology Critically – making a difference in diverse setting*. NY: Palgrave MacMillan.

Szasz, T. S. (1979). *O mito da doença mental*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Senra e Guzzo, R.S. L. (2012) Assistência social e Psicologia: sobre tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*; 24 (2), 293-299.

SMCAIS, *Relatório de Gestão da Assistência Social*. Prefeitura Municipal de Campinas, 2010. Acessado em http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/relatorio_gestao_2010.pdf, em 08 de Março de 2011.

Souza, V. L. T. (2009). Educação, valores e formação de professores: contribuições da psicologia Escolar. Em: C. M. Marinho-Araújo (Org.) *Psicologia Escolar: Novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática*. Campinas: Alínea.

Oliveira, C. B. E. & Marinho-Araújo, C. M. (2009). Psicologia Escolar: Cenários Atuais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9 (3), 648-663.

Tanamachi, E. R. & Meira, M. E. M. (2003). A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia e Educação. Em: M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Org.). *Psicologia Escolar: Práticas Críticas* (pp. 11-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Tonet, I. (2007). Ética e capitalismo. In: S. Jimenez (Org.). *Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas* (pp. 47-62). Fortaleza: UECE/IMO.

Witter, G. P. (2007). Psicólogo escolar no ensino superior e a lei de diretrizes e bases. In: R. S. L. Guzzo (Org.). *Psicologia Escolar-LDB e Educação Hoje* (pp.83-104). Campinas: Alínea.

Yamamoto, O.H. (2007)“Políticas sociais, ‘terceiro setor’ e ‘compromisso social’: perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo.” *Psicologia e Sociedade*; 19 (01); 30-37; janeiro/ abril. 2007

Yamamoto, O.H., Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 26, n. spe.

Yasbek, M.C. (2004) As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS . *Revista Serviço Social & Sociedade*, ano XXV, nº 77, p. 11-29.

As autoras:

Etienne Janiack é graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Psicologia Clínica e Antroposofia pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Mestranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo, bolsista CNPQ, membro do grupo de pesquisa: Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação. Atuação profissional na área social e educacional. Experiência em desenvolvimento e gestão de projetos sociais, docência em cursos de qualificação profissional, assessoria e consultoria em psicologia social e políticas públicas.

Ana Paula Gomes Moreira é psicóloga - Formação de Psicólogo, Bacharelado e Licenciatura - pela Universidade Federal de Uberlândia (2007). Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas-SP (2010). Membro do Grupo de Pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação da PUC-Campinas e do GT em Psicologia Escolar e Educacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia – ANPEPP. É Doutoranda do Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Raquel Souza Lobo Guzzo possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, mestrado e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado em Estudos Comunitários e Prevenção pela University of Rochester, USA. Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas nos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Programas de Atendimento Comunitário, discutindo a formação e intervenção profissional, a partir de uma perspectiva crítica, principalmente sobre os seguintes temas: psicologia escolar e comunitária, indicadores de risco e proteção ao desenvolvimento da criança e adolescente, avaliação e intervenções preventivas e psicossociais, psicologia social da libertação, processos de tomada de consciência e relação entre psicologia e marxismo. A produção científica é organizada no âmbito do Grupo de pesquisa " Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação ". Coordenadora do GT de Psicologia Escolar e Educacional da ANPEPP.

Endereço para correspondência:

PUC Campinas- Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Campus II - Av. John Boyd Dunlop - s/n.º - Jd. Ipaussurama
Campinas (SP) - CEP: 13060-904
Email: tjaniake@yahoo.com.br